

Paulo Carneiro: um cientista brasileiro na diplomacia da Unesco (1946-1950)

Patrick Petitjean, Heloisa Maria Bertol Domingues

▶ **To cite this version:**

Patrick Petitjean, Heloisa Maria Bertol Domingues. Paulo Carneiro: um cientista brasileiro na diplomacia da Unesco (1946-1950). Marcos Chor maio (org). Ciência, Politica e relaçoes internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro, Editora Fiocruz / Ediçoes Unesco, pp.195-214, 2004. halshs-00115581

HAL Id: halshs-00115581
https://shs.hal.science/halshs-00115581

Submitted on 22 Nov 2006

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Paulo Carneiro: um cientista brasileiro na diplomacia da Unesco (1946-1950)

Heloisa Maria Bertol Domingues
(MAST-MCT)
Patrick Petitjean
(REHSEIS, CNRS e Université Paris 7)

Ao terminar a Segunda Guerra, uma pergunta calava nos cientistas do mundo inteiro: que ciência fazer para redimir-se das conseqüências da guerra e manter a paz? Ficava muito claro, então, o papel social das ciências.

Mesmo antes do final do conflito internacional, os diferentes fóruns internacionais existentes haviam começado a discutir a questão da função social e internacional das ciências. Particularmente, as Conferências de Maio de 1945, em São Francisco, quando foi criada a ONU, e a de Londres em novembro do mesmo ano, que criou a Unesco, discutiram o papel das ciências e colocaram em pauta a fundação de laboratórios internacionais de pesquisa científica. Tanto o Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), como a Unesco – que incluiu o "s" em seu nome evidenciando o quanto valorizava a ciência –, discutiram essas questões. A ONU fixou como objetivo, no artigo 55 da sua Carta, "favorecer a alta do nível de vida e o pleno emprego; favorecer a solução dos problemas internacionais nos domínios econômico e social e na saúde pública; favorecer a cooperação internacional nos domínios da cultura e da educação".[1] Para o mundo capitalista em geral, havia a ameaça de uma flama de desemprego e do comunismo que se avizinhava. A política na Europa, sob inspiração do New Deal e de Keynes, definia que era preciso conter o risco das crises econômicas.

Entre 1943 e 1945 tudo parecia possível. A Unesco também estabeleceu como um dos seus princípios diretores a criação de instituições internacionais para a educação e as ciências. No programa de ação para o primeiro ano de atividades, 1947, a Unesco se impunha a tarefa de, "em cooperação com outras instituições e organizações privadas, coordenar e concentrar todos os esforços para conduzir uma vigorosa campanha mundial em favor da reconstituição da educação, da ciência e da cultura". Tal campanha visava incentivar o oferecimento de recursos, de infra-estrutura e de serviços para as regiões devastadas.[2] A fim de viabilizar esse programa, previu, através da sua Divisão de Ciências Naturais, a criação de Escritórios de

[1] Cf. www.un.org/abountun/charter

[2] Unesco/Prog/1/1947 (ver.). 3 de maio de 1947. Primeira parte, p.1 (Arquivo Unesco, Paris).

Cooperação Científica (Field Scientific Cooperation Offices – FSCO) em diversas partes do mundo (China, Índia, América Latina e Oriente Médio), paradoxalmente, lugares que não haviam sido atingidos diretamente pela guerra.

Porém, entre 1946 e 1949 os projetos de criação das instituições internacionais foram prejudicados pela bipolarização política que tomou conta do mundo. Os mecanismos da Guerra Fria dificultaram em todos os sentidos a realização dos projetos de internacionalização e os instrumentalizaram. Após 1950, os imperativos estratégicos e os interesses nacionais de segurança passaram a primeiro plano. Vários fatos concorreram para que isso acontecesse. Por exemplo, em novembro de 1945 a URSS recusou-se a participar da Unesco; em 5 de março de 1946, Churchill discursou em Fulton (Canadá) sobre a Cortina de Ferro. Entre 1947-1949, o frio e uma crise econômica galopante assolaram a Europa, o que trouxe, em conseqüência, o Plano Marshall. Além disso, houve a independência da Índia, a divisão dos blocos em Berlim, a criação da OTAN, a bomba "A" soviética, a criação da República Democrática Alemã (RDA), a comunização da Europa do Leste, a revolução chinesa e a independência da Indonésia. As dificuldades para a internacionalização pela paz foram inúmeras.

A manutenção da paz encontrava tantos obstáculos que o Congresso de Intelectuais para a Paz, realizado em Wroclaw[3] (Polônia), em agosto de 1948, acabou por marcar a bipolarização cultural. Nessa conferência, a URSS quis fundar uma segunda Unesco, mais universal e mais autônoma em relação aos governos, dando um papel central aos intelectuais. Mas esta proposta foi muito mal recebida no meio intelectual. Sartre foi chamado de hiena. Huxley, diretor geral da Unesco, que participou a título individual, deixou a reunião antes do fim. Nenhum diálogo foi possível. Houve um duplo fracasso: dos soviéticos de montar um organismo concorrente à Unesco e da Unesco de ser universal. As alianças saídas da guerra e as frentes populares[4] caducaram. Para a URSS, a Unesco se tornara um instrumento do imperialismo americano (Rist, 1996).

Do outro lado do Atlântico, os países da América do Sul integravam-se nesse processo a seu modo. O Brasil, partícipe das reuniões da Unesco desde o seu período preparatório, nomeou o bioquímico Paulo Berredo Carneiro seu representante diplomático. Paulo Carneiro estava vivendo no meio intelectual francês havia longos anos e identificou-se com a

[3] Wroclaw é também conhecida como Breslau.

[4] As frentes populares eram coligações de partidos e de intelectuais liberais, socialistas e comunistas típicas dos anos 1930 e da época da guerra antinazista.

orientação impressa àquela organização internacional pelos seus primeiros dirigentes, que, como ele, professavam o humanismo positivista e o evolucionismo como ideologias norteadoras de seu pensamento e de suas atuações. Nesse pensamento, destacava-se a idéia de que a ciência, politicamente neutra e universal, tinha o poder de corrigir todos os males que afligiam o mundo, tão maltratado pela guerra, pela ameaça da fome, pela explosão demográfica, pela disseminação de doenças, pela desertificação. Ao se instituir a Unesco, em fins de 1946, Paulo Carneiro,[5] em seguida à sua nomeação pelo Itamaraty como representante do Brasil, foi também guindado ao posto de conselheiro executivo na instituição internacional.

Iniciativas para a implantação da ciência universal e o Brasil

Ao fim da guerra, a cooperação científica internacional era percebida como um compromisso político e econômico importante para os organismos internacionais a serem estruturados. O sistema da ONU e das suas agências especializadas foi definido na Conferência de São Francisco em 1945. Esse sistema tinha vários lugares para as ciências: o Conselho Econômico e Social da ONU – ECOSOC –, para a política científica e suas relações com as questões sociais e a economia; a Unesco, para a ciência em geral, e as relações com a cultura e a educação, e também como um suporte para a paz; as agências especializadas em saúde, em agricultura e alimento, como a FAO, que tinha competência para as aplicações práticas das ciências nesse domínio.

Uma nova forma de cooperação científica estava sendo instalada no mundo. Até então esta havia se realizado em associações de cientistas, era interdisciplinar ou se dava em grandes associações, nas quais ciência e política eram atuações distintas para os cientistas (Domingues, 2001). As exigências do pós-guerra transformaram as ciências em um instrumento político por excelência e, mais do que nunca, as relações sociais das ciências preocuparam os cientistas.

Tanto a ONU quanto a Unesco trabalharam intensamente pela internacionalização das ciências. Uma das primeiras ações da ONU, em sua primeira reunião, em janeiro de 1946, foi

[5] Representante do Brasil desde agosto de 1946 (Brasil – Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Administração, Divisão de Pessoal, Anuário 1960 e 1961); eleito membro do Conselho Executivo da Unesco na primeira Conferência Geral, em Paris (novembro/1946). Sobre Paulo Carneiro e o ambiente intelectual franco-brasileiro nos anos 1930, ver: Petitjean (2001); sobre Paulo Carneiro, a Unesco e a ciência, ver: Carneiro (1951) e Carneiro (1970).

criar a Comissão das Nações Unidas para a Energia Atômica (UNAEC). Essa comissão tinha como objetivo organizar as questões dos segredos em matéria de pesquisa nuclear para fins pacíficos. Rejeitava a construção de armamentos atômicos. Porém, a Guerra Fria bloqueou o funcionamento da UNAEC e vários países passaram a trabalhar para a construção da bomba atômica. O Brasil tinha assento na UNAEC e seu representante era o almirante Álvaro Alberto, que veio a ser, em 1951, o primeiro presidente do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq).

O Conselho Econômico e Social da ONU criou, em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), por sugestão dos membros do Conselho Interamericano Econômico e Social.

A Unesco, como foi dito, incluiu um "s" em sua sigla e criou setores específicos para as ciências naturais e para as ciências sociais. Desde a sua origem, instituiu a Divisão de Ciências Exatas e Naturais, tendo Joseph Needham como diretor. Do mesmo modo que as demais prioridades da Unesco (cultura, educação, reconstrução), a organização internacional das ciências se beneficiou de meios e de um reconhecimento sem igual à época, por parte da Sociedade das Nações. Sua criação marcou uma linha de ruptura entre o *laisser-faire* de antes da guerra e uma política voluntarista concebida de um ponto de vista internacional. A Divisão de Ciências foi a primeira a desenvolver projetos operacionais e pôde beneficiar-se de uma das partes mais importantes do orçamento da Unesco nos seus primeiros anos. O Conselho Internacional das Uniões Científicas (ICSU) foi um dos principais beneficiários (Petitjean & Domingues, 2000).

O International Committee of Scientific Unions (ICSU) reconstituiu, logo após a guerra, o seu Comitê de Ciências e Relações Sociais e lançou, junto aos cientistas, uma pesquisa de opinião sobre "a importância das ciências e da cooperação científica para a paz". Responderam setenta cientistas próximos das instituições internacionais e o resultado, de certo modo, refletiu tal posição. As respostas davam a entender que o trabalho científico favorecia o internacionalismo e que a ciência poderia controlar o aumento da população ou poderia desenvolver os recursos naturais e, ao mesmo tempo, o progresso deveria ser acessível a todos os povos. A fim de facilitar o acesso às ciências, a Unesco criou, na Reunião Geral realizada no México, em 1947, o Comitê para a Popularização da Ciência e suas Implicações Sociais, presidido por Joseph Needham. Esse comitê reuniu-se duas vezes, nos Estados Unidos e na França, e dos seus trabalhos resultou a criação da *Revista Impacto*.

Em junho de 1946, o ECOSOC e a Unesco, simultaneamente, mas cada um por seu lado, propuseram estudar e lançar um programa de criação de laboratórios científicos

internacionais sob a égide da ONU. Os seus idealizadores, Henri Laugier, no ECOSOC, e Joseph Needham, na Unesco, entendiam que tais laboratórios deveriam dividir mais eqüitativamente as atividades científicas entre os países, portanto deveriam prioritariamente situar-se fora das zonas desenvolvidas da Europa e da América do Norte. Serviriam ao desenvolvimento de pesquisas científicas que não pudessem ser empreendidas por um só país, em domínios científicos que respondessem a necessidades importantes da população (saúde, agricultura), ou nos quais a dimensão internacional fosse incontornável (astronomia ou meteorologia).

Até 1950, nem o ECOSOC nem a Unesco conseguiram concretizar um programa completo, malgrado as numerosas reuniões e conferências, e renunciaram a esse modo de organização internacional das ciências. A Unesco, porém, desde 1946, seu primeiro ano de existência, tentou pôr em prática o programa de implementação de um Instituto Internacional de Ciências, com o projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA). Por esse motivo, criou no Brasil o seu primeiro Escritório de Cooperação Científica, inicialmente com sede no Rio de Janeiro, em seguida transferido para Manaus, onde funcionaria o instituto, mas, em 1948, foi transferido para Montevidéu (Uruguai), onde está hoje.

O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, encampado pela Unesco desde as suas reuniões preparatórias como projeto prioritário, era um projeto de Paulo Carneiro e foi apresentado à Unesco com o objetivo de desenvolver as ciências na Amazônia, através da ação de todos os países da região reconhecidos como parte daquela zona geográfica. Objetivava fundamentalmente explorar os recursos da floresta, o que integraria também esta região ainda inexplorada, ou explorada aleatoriamente, aos propósitos do "desenvolvimento" econômico impostos pela política internacional.

A questão da exploração da natureza também estava na pauta das preocupações dos organismos internacionais. No ECOSOC, na sua 3ª Sessão, em setembro de 1946, o governo americano propôs a instituição de uma conferência para a utilização e conservação dos recursos naturais, sob a forma de reunião de especialistas, com a finalidade de trocar informações, sem recomendar uma política específica. Em setembro de 1948, a Unesco, consoante a proposição da França, organizou a Conferência de Fontainebleau, que deu origem à União Internacional para a Proteção da Natureza (IUPN), instituição que existe até hoje.

Os países criaram junto aos seus órgãos de diplomacia, como previsto na Carta constitutiva da Unesco, adotada em novembro de 1945, as Comissões Nacionais para a Educação, a Ciência e a Cultura, a fim de que intelectuais, cientistas e educadores e suas associações participassem mais diretamente da vida e das ações da Unesco. No Brasil, foi

criado, no Itamaraty, o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) e, com o objetivo de fazer a ponte entre o Itamaraty o Poder Executivo, foi criada a Comissão de Organismos Internacionais (COI).

O Brasil acabou sendo o primeiro país a cumprir os dispositivos da Convenção de Londres, criando a Comissão Nacional para atuar na Conferência Geral, iniciativa que foi consubstanciada pelo Decreto-lei n. 9.290, de 24 de maio de 1946, que criou a Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas, e pelo Decreto-lei n. 9.355, que criou o IBECC, em 13 de junho do mesmo ano, no Itamaraty. O IBECC, integrado à idéia da Unesco de "organizar a infra-estrutura intelectual da civilização moderna em toda a sua universalidade", tinha um ambicioso desiderato. A Unesco, ao lançar a campanha desses institutos nacionais, pretendia dar um sentido "ecumênico" à cooperação intelectual, abarcando os múltiplos e complexos problemas culturais do mundo como um todo.[6]

O IBECC deveria funcionar eficientemente, a fim de realizar os projetos da Unesco no país, bem como obter apoio para os serviços que se esperava que a Unesco pudesse prestar ao Brasil. Assim, em 1948, Paulo Carneiro escrevia ao secretário-geral do Instituto Brasileiro dizendo que deveriam tomar uma atitude quanto à infra-estrutura de seu funcionamento, nomeando um funcionário que pudesse organizar e convocar as reuniões, manter a correspondência com a Unesco em dia etc., pois, sem estar organizado e mantendo os vínculos entre Itamaraty e Unesco, não se justificaria o apoio desta última aos projetos que pretendiam levar avante. "A Unesco conta com ele e nele tem de se apoiar para aplicar seu programa no Brasil, e este sem esse apoio ficará ao desamparo", dizia Paulo Carneiro na carta citada, datada de 8 de outubro de 1947.[7] Paulo Carneiro estava atento aos interesses da Unesco no Brasil, assim como aos ganhos que o Brasil poderia auferir mantendo esses vínculos internacionais naquele momento.

Os Institutos de Educação, Ciência e Cultura em um país como o Brasil significavam a ponte para atingir a "pacificação pela cultura", à qual a Unesco se dedicava. Funcionavam para exterminar não somente os fatores de guerra, mas também os graves males das perturbações sociais. Assim, além das ciências naturais serem beneficiadas pelos seus projetos, o eram também a educação e as ciências sociais. Estas se ocupariam da ecologia, das

---

[6] Correio do IBECC. Rio de Janeiro: Unesco, 1986 (Biblioteca do IBECC, Palácio do Itamaraty).

[7] Memorandos 1942-1949 – Paulo Carneiro ao secretário-geral do IBECC (Arquivo Itamaraty, Brasília).

questões de urbanismo, das tensões sociais, nacionais e internacionais, que entendiam como advindas da incompreensão pela diversidade de orientações e diferenças de culturas.[8]

O empenho de Paulo Carneiro para manter vivos os laços do Brasil com a Unesco pode ser constatado pelo fato de ter passado muitos anos como representante do Brasil na instituição. Em 1948, falando em nome da Unesco, ele dizia que a contribuição financeira desta ao país somente se justificaria "à luz dos serviços que dela possamos receber e do concurso que lhe possamos prestar".[9] O IBECC era o elemento de ligação para esse duplo fim. Paulo Carneiro identificava-se com os princípios idealistas e funcionalistas que regiam a Unesco naqueles primeiros anos do pós-guerra.[10]

Da mesma forma, Paulo Carneiro identificou-se com os princípios internacionalistas que regiam as relações entre os países ao apresentar na Unesco o seu projeto de criação de um instituto internacional para pesquisar cientificamente a Amazônia. Foi reconhecido como o principal defensor do projeto. Participou de inúmeras reuniões institucionais para divulgá-lo. Nessas reuniões, mostrava a maneira como a

> Unesco agia no terreno da coordenação da pesquisa científica no plano internacional, e especialmente sobre a grande experiência de aproveitamento científico da Amazônia, a qual tinha por fim demonstrar até que ponto a colaboração de zoólogos, botânicos, geólogos, médicos, biólogos, antropólogos ou geógrafos dos vários países envolvidos com a região podia, isoladamente ou por meio de instituições governamentais, contribuir para a recuperação da vasta região selvagem de sete milhões de quilômetros

---

[8] Relatórios do Presidente do IBECC, Boletim do IBECC, n. 1 (1947), p.155 e n. 2 (1948), p.7-17 (Biblioteca do IBECC, Rio de Janeiro).

[9] Memorandos 1942-1949 – Paulo Carneiro ao secretário-geral do IBECC (Arquivo Itamaraty, Brasília).

[10] Funcionalismo: doutrina de certas correntes pacifistas e internacionalistas, surgida no final do século XIX, segundo a qual o meio de luta mais eficaz contra os nacionalismos e as guerras era multiplicar as organizações transnacionais em todos os domínios: as fronteiras acabavam por desaparecer por si mesmas. No final da Segunda Guerra Mundial, essa doutrina teve um vezo de popularidade, principalmente nos Estados Unidos. Os cientistas estavam no centro da doutrina, a ciência era considerada universal e internacional por natureza, os cientistas se viam e eram considerados os mais perfeitos internacionalistas (sobre o histórico da doutrina, ver Schroeder-Godehus:1975).

quadrados.[11]

Não somente a Unesco visava desenvolver planos de ataque às condições socioeconômicas dos países considerados subdesenvolvidos, mas também o Conselho Econômico e Social da ONU foi estruturado para combater os obstáculos ao capitalismo desenvolvimentista. Em 3 de fevereiro de 1947, o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro abriu sua primeira página com uma matéria sobre a quarta sessão do ECOSOC, que se realizava em Lake Success (EUA), com o título: "O Brasil na ONU. Sugestões sobre o melhor aproveitamento das riquezas naturais dos países". A matéria trazia como palavra de ordem o desenvolvimento e dizia que, se este deveria ser iniciativa de cada governo, ao ECOSOC caberia apresentar um plano completo de desenvolvimento a cada um deles e, sendo assim, guardaria para si autonomia para executar as primeiras práticas desses planos. A representação brasileira, concorde com os objetivos do ECOSOC, afirmou que o papel do mesmo seria o de integrar o projeto de desenvolvimento nacional na engrenagem internacional; com isso, estaria alerta aos sinais de desequilíbrio na produção de matérias-primas e gêneros alimentícios, pois seus planos abrangeriam ainda o desenvolvimento de novos produtos, novos gêneros, novas matérias-primas, fontes de energia, transportes ou novas indústrias.[12] O Conselho Econômico da ONU integraria, no plano internacional, os projetos econômicos e sociais das demais instituições atuantes no país, uma vez que o objetivo era o "desenvolvimento geral do mundo", conforme afirmara para aquele jornal o representante do Brasil nesse órgão da ONU.

Foi também em agosto de 1947 que se realizou a Conferência do Rio de Janeiro (Petrópolis), uma iniciativa da União Pan-Americana que contou com a presença do presidente americano, Truman. Essa conferência tinha a finalidade de firmar as forças que comporiam o bloco americano de "segurança regional", especialmente para fazer frente à Europa Ocidental.[13] O pan-americanismo instalava-se formando um elo que integrava os países da América que, como o Brasil, eram vistos como significativos de tal epíteto. Isso, sem dúvida, empanava o internacionalismo das demais instituições, da ONU ou da Unesco, que lutavam exatamente contra a bipolarização. Uns e outros, no entanto, vendo essas nações

[11] Ata de Reunião do IBECC – maio 1947. Nessa reunião, o projeto do IIHA foi apresentado a um grupo de intelectuais brasileiros, numa iniciativa do presidente do IBECC, Lévi Carneiro.

[12] *Jornal do Commercio*, 03/02/1947, p.1.

[13] *Jornal do Commercio*, 30/07/1947.

como subdesenvolvidas, esbarravam nos nacionalismos. Paulo Carneiro emergiu nesse contexto usando toda a sua diplomacia.

Diplomacia, política e internacionalização das ciências

No ano de 1948, a Reunião Geral da Unesco realizou-se em Beirute e elegeu para diretor geral ao mexicano Jaime Torres Bodet, que derrotou a candidatura dos brasileiros Miguel Osório de Almeida e Paulo Berredo Carneiro. Ambos eram internacionalistas, portanto contra a bipolarização do mundo, não podendo ver com bons olhos a "americanização" do país.

As campanhas para a eleição das representações dos países tanto na ONU como na Unesco eram acirradas e se faziam através do Ministério das Relações Exteriores. Em 1947, o Brasil entrou no processo de eleição para ter o seu representante no ECOSOC, tendo sido enviada correspondência para as legações diplomáticas de vários países. Porém, embora houvesse um compromisso oficioso da parte de muitas dessas nações, não lhes era exigida uma promessa formal, por escrito, deixavam dominar, assim, o suspense sobre o apoio ao candidato brasileiro, que não se elegeu naquele ano.[14]

Da mesma forma, em meados de 1948 Paulo Carneiro iniciou campanha para as eleições de diretor geral da Unesco, através de correspondência do Itamaraty para várias embaixadas estrangeiras no país. O Itamaraty enviou correspondência aos países da América Latina lembrando a alguns o apoio que haviam recebido, em outros momentos, da representação brasileira e pedindo apoio para os brasileiros que estavam concorrendo às eleições da Unesco daquele ano: Miguel Osório de Almeida e Paulo Berredo Carneiro. Nem todos respondiam, o que gerava alguns protestos da parte dos brasileiros.[15] Em julho de 1948, o Conselho Executivo da Unesco fez uma primeira seleção de três nomes, entre os 21 candidatos apresentados: Jaime Torres Bodet (teve apoio dos países latino-americanos, exceto o Brasil), Ramaswan Mudaliar (diplomata indiano apoiado pelos Estados Unidos) e Sir Ronald W. Walker (australiano); os dois brasileiros foram descartados. O Itamaraty retirou então a candidatura de Miguel Ozório de Almeida para tentar, sem sucesso, relançar a de Paulo Carneiro. O Conselho Executivo que precedeu a Conferência Geral de Beirute optou por um só nome, o de Torres Bodet, escolha ratificada quase unanimemente pela Assembléia Plenária dos delegados.

---

[14] Memorandos 1942-1949 (Arquivo Itamaraty, Brasília).

[15] Novembro – 1948, Correspondência 1947-1948 (Arquivo Itamaraty, Brasília).

Em ofício ao ministro das Relações Exteriores, embaixador Raul Fernandes, Paulo Carneiro relata as condições nas quais se desenrolou o episódio do processo eleitoral à Direção Geral da Unesco, em Beirute.[16] Esse documento é ilustrativo do jogo de forças políticas que imperava no interior da Unesco. Paulo Carneiro dava a entender que, apesar de no cenário internacional a Unesco ter adquirido rapidamente uma importância considerável – em virtude, talvez, da influência que estava destinada a exercer sobre as elites e as massas dos diversos países –, no interior da Unesco as divergências políticas ainda não haviam permitido que essa importância internacional superasse os interesses nacionais, ou os interesses dos blocos políticos em jogo. Segundo ele, nenhuma outra agência especializada das Nações Unidas despertava tão grande interesse no State Department, no Foreign Office ou no Quai d'Orsay. O prélio travado em torno da eleição do novo diretor geral dizia: "revestiu-se de um caráter exclusivamente político, em que a consideração com as pessoas concorrentes ficou sempre num segundo plano". Ainda segundo Paulo Carneiro, Torres Bodet foi eleito com apoio do bloco dos países hispano-americanos, que haviam imposto o nome dele pela força numérica que representavam na Unesco e também nas demais organizações internacionais. "Este 'test' de prestígio e influência", dizia Carneiro, "arrastando consigo primeiro os estados árabes, depois as grandes potências, terá certamente repercussões na política do nosso continente, senão na política mundial".[17]

Inicialmente, Paulo Carneiro não percebera a força da política presente, porém esta logo se manifestou, revelando a "extrema precariedade da posição do Brasil". O que se passou na Unesco com a candidatura do Brasil já sucedera anteriormente no Bureau Internacional do Trabalho, quando o ministro Hélio Lobo perdeu para um peruano, de mérito e títulos absolutamente inferiores aos dele, a presidência do Conselho de Administração, e se reproduziu na Organização Mundial de Saúde, em que, por pura interferência política, a presidência do conselho deixou de ser atribuída, como era de justiça, ao Dr. Geraldo de Paula Sousa, pioneiro dessa organização, para cair nas mãos de um egípcio muito menos qualificado para tal. Paulo Carneiro lembrava que sempre dera apoio às delegações latino-americanas no sentido de defender seus interesses, como por exemplo quando da campanha para a criação do Centro Regional da Unesco em Havana, ou para a eleição de um novo membro, o

---

[16] Ofício de Paulo Carneiro ao ministro Raul Fernandes, Paris, 26/01/1949 (Unesco/97, Arquivo Itamaraty).

[17] Ofício de Paulo Carneiro ao ministro Raul Fernandes, Paris, 26/01/1949 (Unesco/97, Arquivo Itamaraty).

representante da Colômbia, para o Conselho Executivo.[18] Sem o apoio dos países vizinhos na eleição geral da Unesco, Paulo Carneiro não aceitou ser presidente do Conselho Executivo, por achar que não deveria haver outro latino-americano com cargo de direção na instituição e indicou o indiano S. Radakrishnan.[19]

Paulo tinha tamanha preocupação diplomática – bem lembrada por Torres Bodet em suas memórias – que, mesmo havendo perdido a eleição para Bodet, nunca deixou de dar apoio às iniciativas deste que considerava importantes para implementar o projeto da Unesco. Em várias passagens de suas memórias, Bodet lembra as atitudes condescendentes de Carneiro para com as suas propostas. Uma das manifestações de Carneiro em favor de Bodet foi quando este fez uma crítica à fraqueza das reações dos Estados membros em relação às decisões centrais da Unesco (Bodet, 1981, v. 2: 72).

Paulo Carneiro mostrava-se coerente com suas idéias em relação à prioridade da missão "humanista" da Unesco, que defendia veementemente contra as divergências político-ideológicas. Foi defendendo esta posição que criticou o caráter "político" das eleições da Unesco, quando fora candidato juntamente com Bodet.

Era também por uma Unesco "despolitizada", mais "humana", menos dependente das intrigas diplomáticas e muito mais baseada nos laços diretos entre os cientistas, que defendera o projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. Porém, com este tampouco obtivera êxito, não conseguindo evitar que os objetivos político-econômicos, mais do que os sociais, o suplantassem. Talvez esse fato tenha feito com que ele não esboçasse qualquer reação contrária à transferência do Escritório de Cooperação Científica da Unesco de Manaus para Montevidéu, o que ocorreu em 1948 e que pode ser tomado como um indício forte do esvaziamento do seu projeto para a Amazônia, na Unesco.

Na solenidade de abertura do Escritório da Conferência Científica Latino-Americana, organizada pela Unesco, realizada em setembro de 1948, em Montevidéu, o presidente de

---

[18] Uma criação à qual os Estados Unidos, com apoio do representante brasileiro na União Pan-Americana se opôs, preferindo conservar a preeminência da União Pan-Americana sobre a Unesco (Correspondência-Arquivos do State Department, RG 59, Decimal Files 1945-1949, 501.PA, cartões 2.259 a 2.263). O centro regional da Unesco em Havana foi finalmente inaugurado em fevereiro de 1950 (Arquivo Nacional dos Estados Unidos, College Park [MD]).

[19] Ofício de Paulo Carneiro ao ministro Raul Fernandes, Paris, 26/01/1949 (Unesco/97, Arquivo Itamaraty).

honra da reunião, o uruguaio Oscar Secco Ellauri, salientou que ali estava sendo criado um espaço de reunião para os países da América Latina, com o fim de desenvolver o progresso da ciência e da cultura e, por seu intermédio, realizar a organização do trabalho científico, a cooperação e a sua coordenação, nesta ordem. Declarou aberta a reunião dizendo que a idéia generalizada de que a ciência era responsável pelos males do mundo era errônea, porque a ciência, bem empregada, significava o futuro e o porvir das nações jovens da América Latina. "O progresso universal da ciência às vezes se exerce e se põe a serviço do mal e da destruição, mas o porvir da ciência não é levar ao mal, ao caos; a ciência começa e sua aurora está sob o signo da esperança".[20] Nessa reunião estiveram representados países da América Latina – Brasil, Equador, Colômbia, Venezuela, El Salvador, República Dominicana, Cuba, Argentina, Bolívia, além do Uruguai –; a União Pan-Americana; a Smithsonian Institution, da Rockefeller Foundation, e a própria Unesco.

As discussões dessa reunião foram basicamente voltadas para a estruturação das atividades científicas. Os diversos subcomitês em que se dividiram os cientistas presentes (de Bibliografia, Organização de Simpósios, Bolsas de Pesquisa para Cientistas e para Estudantes, Implantação do Regime de Dedicação Exclusiva e Estação de Cooperação Científica na América Latina) mostravam bem que o foco das discussões concentraram-se nos melhores meios para o desenvolvimento científico dos seus países. Da mesma forma, estabeleceram como conclusão da reunião que, em linhas gerais, deveriam criar meios de suprir a necessidade de divulgação da informação científica através dos meios bibliográficos, de dar incentivo e apoio às instituições já existentes e ao desenvolvimento de outras, principalmente ligadas à biologia, mas também à física e à química do solo. Concluíram ainda que era necessário que a coordenação dessas atividades e das instituições se fizesse através de associações nacionais, incentivando que as Sociedades para o Progresso da Ciência fossem criadas onde ainda não existiam e que se vinculassem às agências internacionais, como o Conselho Internacional de Uniões Científicas ou a Associação Internacional de Trabalhadores da Ciência. Os países deveriam também buscar instituir fundos nacionais de pesquisa, a exemplo do que já vinha acontecendo em São Paulo, onde se dedicava uma parcela da arrecadação estadual para a pesquisa científica.

Tudo isso mostrava que, preferencialmente, as relações científicas não deveriam se dar

---

[20] Conferência de Expertos Científicos da América Latina, Montevidéu, Unesco (LACDOS/Latin America Conference for the Development and Organization of Science). Atas da 1ª Sessão. Unesco/DEO/CO. 21-6/9/1948 (Arquivo Unesco, Paris).

através das agências políticas dos Estados e sim através das instituições científicas. O IBECC, era percebido como uma instituição muito dependente do Itamaraty, não adaptado às relações entre cientistas. No novo escritório, à Unesco caberia a coordenação geral das atividades de cooperação e a sua viabilidade, por meio unicamente da atuação do escritório de Montevidéu. Assim, a sua influência abrangeria os países da América Latina e se faria no sentido da manutenção de relações diretas com entidades nacionais, oficiais e privadas, bem como com e entre os homens de ciência dos respectivos países. Além disso, os subcomitês em Montevidéu reconheceram a importância do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, tendo estabelecido que deveriam manter relações, sem prejuízo da autonomia de ambas as instituições.

Outro indício da mudança do papel das ciências no quadro social da cooperação científica foi a sugestão de incentivar a criação e o desenvolvimento das associações nacionais de pesquisa, as SPCs, feita por um dos representantes do Brasil, Maurício da Rocha e Silva, na mesma reunião de Montevidéu. Essas sociedades, que já existiam desde o fim do século XIX, principalmente nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na França, constituiriam antenas por meio das quais a Unesco se informaria dos acontecimentos locais mais importantes para o progresso da ciência e da educação científica nesses países.[21]

Nos anos 1930, foram elas a ponta-de-lança da reflexão sobre a função social e internacional das ciências.[22] Elas haviam liderado campanhas pela promoção da pesquisa, seu financiamento e sua organização, bem como ações de popularização da ciência. Sua ação tinha contribuído para a criação da Unesco.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, fundada com ramificações em todo o país em 1949, introduziu nos seus estatutos a possibilidade de afiliar-se oficialmente à Unesco, assim como ao ICSU. Desde o início, a SBPC foi muito favorável à Unesco e à sua atuação em prol da cooperação científica internacional. As primeiras publicações de *Ciência e Cultura* falam muito da Unesco e do seu escritório científico regional em Montevidéu. O tema da Conferência de Abertura da Segunda Reunião Anual da SBPC (novembro 1950) foi a

---

[21] Rocha e Silva, proposta apresentada à Reunião de Especialistas em Montevidéu, Unesco DEO/CO. 20-04/09/1948. (Arquivo Unesco, Paris).

[22] Sobre a American Association for the Advancement of Science, ver: Kuznick (1987); sobre a Association Française pour l'Avancement des Sciences, ver: Weart (1980); sobre a British Association for the Advancement of Science, ver: MacGucken (1984) e MacLeod & Collins (1981).

própria Unesco. A SBPC estabeleceu ainda ligações diretas com Angel Establier, chefe do escritório regional da Unesco e, por isso, foi criticada pelo IBECC, bem como o foi Establier.[23] Justamente, a questão era saber se a Unesco podia ter ligações com cientistas brasileiros sem passar pela diplomacia brasileira. Na época, o Estatuto da Unesco era "híbrido": o acordo da Conferência Inaugural em Londres, em 1945, criara a Unesco como um organismo intergovernamental, mas com um conselho executivo teoricamente composto de intelectuais, que atuavam como pessoas privadas e não como representantes dos seus governos; e as ONGs tinham um papel reconhecido. Os americanos queriam acabar com esta ambigüidade e fazer da Unesco uma organização apenas intergovernamental, o que acabou sendo referendado em 1954, na Conferência Geral de Montevidéu. Como se vê, esta era uma questão bastante discutida e a tomada de uma decisão definitiva sobre ela mostra que pelo menos os cientistas pareciam estar buscando vínculos mais diretos com a Unesco, sem a intervenção do Estado. Queriam "despolitizar-se".

Na verdade, à saída da guerra o modelo de cooperação científica internacional, proposto por cientistas como Joseph Needham e Henri Laugier, articulava objetivos sociais e objetivos propriamente científicos. Um e outro consideravam a ciência "politicamente neutra" e, por isso, pensavam que os cientistas eram os melhores para superar as diferenças culturais e as barreiras nacionais.[24] Para eles, os cientistas eram espontaneamente internacionalistas e, paradoxalmente, seria possível apoiar-se sobre a suposta neutralidade da ciência para melhor realizar os objetivos sociais, ou seja, políticos, como, por exemplo, privilegiar as ações científicas internacionais para o dito Terceiro Mundo. Era a idéia de uma comunidade internacional acima das particularidades nacionais.

Needham, particularmente, pensava que seria possível apoiar-se em organizações internacionais, ou mesmo intergovernamentais, como a Unesco, para ultrapassar os limites de cada governo e estabelecer relações diretas entre os cientistas, sem depender das lógicas diplomáticas. Ele chegava mesmo a propor um "passaporte científico internacional", equivalente ao passaporte diplomático, permitindo a livre circulação dos cientistas por todos os países.

---

[23] Registro de correspondência do presidente Lévi Carneiro (expedida), v. 3, 1950. Carta n. 612 para Establier, 23/02/1950; carta n. 613 para Torres Bodet, 24/02/1950. Ver também relatório do presidente do IBECC para 1949/1950, Boletim do IBECC, n. 3 (1952), Biblioteca do IBECC, Rio de Janeiro.

[24] Ver, neste artigo, a nota 10, sobre o funcionalismo.

Os diferentes projetos de Needham e Laugier foram todos marcados por essas idéias, em particular, os projetos de criação dos laboratórios internacionais de pesquisa, tal como era o projeto do IIHA. Em seu relatório da reunião preparatória da Unesco, em 1946, Joseph Needham falou da importância da criação de laboratórios internacionais para desenvolver a cooperação científica, embora reconhecesse que a idéia não era sua. A idéia tinha sido dos delegados brasileiros (particularmente Paulo Carneiro), mexicanos, franceses e norte-americanos, e tinha sido defendida "com um vigor surpreendente", segundo as palavras do próprio Needham. Seis domínios, estritamente científicos, tinham sido propostos.

O primeiro deles foi o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, proposto por Paulo Carneiro, para o Brasil. Outra proposta, que partiu da França, era a da criação de um Centro de Computação e Matemáticas Aplicadas. Needham desejava criá-lo na Ásia – mantendo a sua fidelidade aos princípios de desenvolvimento científico periférico –, mas os Estados Unidos acabaram por impô-lo na Europa (no Brasil, foi criado, em 1951, o Instituto de Matemática Pura e Aplicada).

Tendo em vista que o problema da fome era mundial, foram propostos ainda institutos para nutrição – proposição conjunta da França, do Brasil e dos Estados Unidos –; institutos de parasitologia e imunologia – México, França e Brasil –; observatórios astronômicos e laboratórios de meteorologia – Estados Unidos.

Nem todos os projetos propostos puderam ir adiante na Unesco e, mesmo os que se concretizaram em seguida, como foi o caso do IIHA, acabaram naufragando na onda da conjuntura da época. O projeto da Hiléia, como foi dito, foi um dos laboratórios internacionais que a Unesco tentou estabelecer, na verdade, o primeiro com tais dimensões. Ele deixou más lembranças na Unesco, tanto como no Brasil. A Unesco se viu acusada de colonialismo por um projeto que fora iniciativa de um brasileiro e que não tivera apoio forte dos países considerados colonialistas, como a Inglaterra ou a França. Os Estados Unidos manifestaram-se contrários ao projeto desde a Conferência Geral de México, em 1947. A partir de 1950, o IIHA foi, para a Unesco, o antimodelo que deveria ser evitado. Paulo Carneiro, embora não tivesse abandonado o seu projeto, passou a apoiar outras atividades culturais na Unesco.

Outro projeto de laboratório internacional vitorioso a duras penas foi o Centro de Computação, proposto em novembro 1946, na Unesco, com a concordância dos Estados Unidos. A idéia de Needham era criar o laboratório fazendo uma dupla colaboração entre a China e a Índia. Para ele, os matemáticos e físicos asiáticos eram muito competentes e precisavam desse laboratório. A sua construção foi interpretada como uma compensação necessária à destruição do síncrotron japonês, ocorrida durante a Segunda Guerra Mundial,

por ação dos americanos. Este seria, se realizado, a concretização do princípio de periferia de Needham. Mas os americanos não aceitaram o laboratório na Ásia e, depois da saída de Needham, em 1948, levaram o projeto adiante localizando-o, inicialmente, num "pequeno país europeu", e finalmente em Roma, na Itália. A concretização do projeto do Centro de Computação foi muito difícil e a inauguração deu-se somente nos anos sessenta.

Em 1949, a ONU patrocinou uma reunião de especialistas para discutir a questão da cooperação científica internacional, dos laboratórios e das especialidades que seriam prioritárias nesses. Dessa reunião participaram, entre outros, Needham; Pierre Auger, sucessor de Needham na Unesco; Henri Laugier; Miguel Ozório de Almeida; Claude Lévi-Strauss e o astrônomo americano Harlow Shapley. Um dos temas mais debatidos foi a questão da localização dos laboratórios. A prioridade em localizá-los em países não-europeus foi defendida por Miguel Ozório, Laugier e Needham, contra a opinião de Lévi-Strauss e Shapley, para quem o único critério a ser levado em conta deveria ser o científico, jamais o político (o IIHA foi considerado um bom instituto, mas não foi incluído porque já estava criado). A reunião estabeleceu três prioridades: o Centro de Computação, um instituto sobre o cérebro e um instituto sobre ciências sociais. Shapley insistiu muito neste último, pois era uma proposta de psicólogos americanos que tinha promessa de receber verbas do "Ponto 4" de Truman, mas, por isso mesmo, foi fortemente combatida por Lévi-Strauss. Em segundo lugar, foram escolhidos para serem criados o Instituto do Câncer, o Instituto sobre Zonas Áridas, o Instituto Meteorológico e observatórios astronômicos.

Na 11ª Sessão do ECOSOC, em agosto 1950, foi discutido o relatório dos especialistas, que teve a oposição dos ingleses, americanos e soviéticos, inviabilizando a perspectiva de laboratórios internacionais da ONU, cujo dossiê foi devolvido para a Unesco.[25]

A Unesco, que já havia vivido o fracasso do IIHA, contabilizava agora o fracasso da proposta de criação de outras instituições congêneres.

Conclusão

Até que ponto essa dicotomia entre internacionalismo político e científico não decretou o fracasso das iniciativas da Unesco em favor das ciências naqueles seus primeiros anos? A política de Needham e Huxley na Unesco, bem como a de Henri Laugier no ECOSOC, que

[25] Documentos E/1694 (19/05/1950) e E/1699 (24/05/1950), 11ª Sessão: E/SR.410 (14/08/1950), E/SR.411 (14/08/1950) (Arquivo do Conselho Econômico e Social da ONU, Genebra).

contava com a anuência de Paulo Carneiro, assim como dos demais representantes brasileiros, não obtiveram sucesso, por inúmeras razões.

O contexto político da época não era favorável à cooperação científica, pois o início da Guerra Fria, sem transição depois da paz, marcou a bipolarização e a crescente dominação política dos Estados Unidos no mundo do pós-guerra. Por outro lado, a crise financeira dos países europeus e a diminuição de verbas para a Unesco, enfraquecendo-a, agravaram a situação, contrariando as tentativas de união internacional.

As contradições da própria comunidade científica: a resistência dos cientistas liberais (muitos ingleses), que defendiam o *laissez-faire* e privilegiavam o International Council of Scientific Unions, subestimando a criação, nos países do Sul, de novos laboratórios internacionais ligados à Unesco. Esses cientistas queriam que fossem utilizados os laboratórios dos países do Norte, já existentes. Porém, nem ao menos quanto ao uso desses laboratórios havia consenso. Por exemplo, a Inglaterra se posicionou contra a criação do Centro Europeu de Pesquisas Nucleares (CERN), "uma outra idéia da Unesco", mesmo sendo o CERN um laboratório regional na Europa. Mas este se concretizou e foi o primeiro laboratório internacional da Unesco. Entretanto, estava longe de se realizar o "princípio de periferia". O segundo laboratório internacional a entrar em operação foi o Centro de Computação, em Roma.

Há também de se levar em conta as contradições do próprio Needham sobre o eurocentrismo. Visto hoje, eurocentrismo era também parte do modelo convencional de uma ciência neutra, desligada dos contextos culturais. No tempo de Needham, os cientistas viam a neutralidade das ciências sob o foco de um modelo difusionista, isto é, uma ciência única, partindo dos centros científicos da Europa.

À época, essa forma difusionista dificultou em muito a percepção da necessidade de articular agendas ou programas locais, regionais e nacionais com programas internacionais; era difícil reconhecer as características específicas dos níveis regional e nacional.

Por fim, a questão da política hegemônica que os Estados Unidos impunham ao mundo ocidental atingiu o modelo de cooperação científica, particularmente os países da América Latina. Com base no "Ponto 4" do seu plano de governo, Truman definiu a cooperação como assistência técnica. Tal proposta pode ser vista como o elo que faltava para unir produção científica e interesses políticos. O projeto de Truman correspondeu à melhor das aspirações das elites. Significava compatibilizar o modelo e o nível de vida dos Estados Unidos com um modelo de desenvolvimento que subordinava as ciências ao desenvolvimento econômico. Isso representou a instrumentalização da ciência, vendo-a como um utensílio técnico a serviço da

concepção capitalista do mundo. O "Ponto 4" correspondeu à crença de que se podia realizar o desenvolvimento econômico com a ciência, sem resolver as questões sociais. E essa acabou sendo a concepção dominante das ciências. Nesse sentido, o "Ponto 4" do discurso de posse de Truman, em janeiro 1949, corroborou o conceito de subdesenvolvimento.

Nesse contexto, Paulo Carneiro optou por se afastar desse movimento, dedicando-se, na Unesco, aos projetos de educação para os países asiáticos e orientais e aos programas de salvaguarda do patrimônio da humanidade. Ele também permanecia fiel às suas aspirações de neutralidade científica, acreditando, como acreditavam os cientistas que começavam a se articular em torno das novas associações científicas – as SPCs por exemplo –, que a prática científica podia se realizar acima das querelas políticas e ideológicas.

Referências bibliográficas

BOLETIM do IBECC, n. 1 (1947); n. 2 (1948); n. 3 (1952).

CARNEIRO, Paulo Estevão de Berredo. O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica: razões e objetivos da sua criação. S. 1.: s.n., 1951.

CARNEIRO, Paulo Estevão de Berredo. *Vers un nouvel humanisme*. Paris: Seghers, 1970.

CORREIO do IBECC. Rio de Janeiro: Unesco, 1986.

DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. La cooperacion científica internacional. La Unesco en Brasil a fines de los años cuarenta. *Anais do Seminario Taller Partenariado Cientifico Norte Sur y Sur-Sur*. Cartagena, Colômbia, nov. 2001.

DOMINGUES, Heloisa M. Bertol & PETITJEAN, Patrick. A Unesco, o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e a antropologia no final dos anos 40. In: FALHAUBER, Priscilla & TOLEDO, Peter Mann de (orgs.). *Conhecimento e fronteira: história da ciência na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2001, p.83-109.

GEMELLI, Giuliana. *American foundations and large scale research: construction and transfer of knowledge*. Bologna: CLUEB, 2001.

KUZNICK, Peter J. *Beyond the laboratory. Scientists as political activists in 30s America*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

MACGUCKEN, William. *Scientists, society and State. The social relations of science movement in Great Britain, 1931-1947*. Columbus: Ohio State University Press, 1984.

MACLEOD, Roy & COLLINS, Peter (orgs.). *The Parliament of science: The BAAS 1831-1981*. Northwood: Sciences Reviews, 1981.

PETITJEAN, Patrick. Needham, Anglo-French civilities and ecumenical science. In: HABIB, S. Irfan & RAINA, Dhruv (orgs.). *Situating the History of Science. Dialogues with Joseph Needham*. New Delhi: Oxford University Press, 1999, p.152-197.

PETITJEAN, Patrick & DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. A redescoberta da Amazônia num projeto da Unesco. *Estudos Históricos*, v. 14, n. 26, 2000, p.265-292

PETITJEAN, Patrick. Miguel, Paul, Henri et les autres. In: VIDEIRAS, Antonio Augusto Passos & SALINAS, Silvio R. A. (orgs.). *A cultura da física: contibuições em homenagem a Amélia Império Hamburger*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2001.

RIST, Gilbert. *Le développement. Histoire d'une croyance occidentale*. Paris: Presses des Sciences Po, 1996.

SCHROEDER-GODEHUS, Brigitte. *Les scientifiques et la paix*. Montreal: Presses

Universitaires de Montreal, 1975.

TORRES BODET, Jaime. *Memorias*, 2 v. México: Editorial Porrua, 1981.

WEART, Spencer R. *La grande aventure des savants atomistes français. Les savants au pouvoir*. Paris: Fayard, 1980.